

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UF HR

AS ELEIÇÕES DE 1982 EM PRINCESA ISABEL:

A REPRODUÇÃO DO VELHO JOGO POLÍTICO.

MARIA ANGELA SITONIO WANDERLEY

MAIO/88

TEXTOS UFPB/NDHIR

Nº 21

AS ELEIÇÕES DE 1982 EM PRINCESA ISABEL:

A REPRODUÇÃO DO VELHO JOGO POLÍTICO

Maria Angela Sironio Wanderley

O Município de Princesa Isabel, situado no sudoeste do Estado da Paraíba, caracteriza-se como uma área de forte radicalização política, dado que o controle do poder local tem sido objeto de acirrada disputa entre dois grupos familiares: Pereira e Diniz.

Tais grupos alternam-se no poder desde 1930 até hoje, impedindo a emergência e/ou consolidação de novas lideranças políticas estranhas às duas facções.

Este trabalho se constitui uma tentativa de compreender a problemática política do município em questão, a partir da investigação das raízes históricas das divergências existentes e da análise das eleições de 1982.

Entende-se que um levantamento das origens históricas das divergências políticas locais, permitirá uma primeira aproximação na tentativa de explicitar o jogo de forças e os mecanismos que asseguram a manutenção dos dois grupos no poder.

Por outro lado, a análise do processo eleitoral, pode se constituir um instrumento que permite desvendar não só as relações de poder, como as demais relações sociais que lhes dão sustentação. (SÁ; 1975: 29).

Assim, o período das eleições representa um momento em que as rivalidades apresentam-se de forma mais ostensivas, revelando os mecanismos de manutenção do poder político municipal e as possíveis ingerências sobre este, das esferas estaduais e federais. Melhor dizendo no período eleitoral, tornam-se expressas rupturas ou conciliações, não só entre os grupos que atuam politicamente numa área definida, como também entre estes e os grupos que disputam o poder a nível estadual e federal.

As eleições de 1982, particularmente, ofereceram uma oportunidade de detectar tais articulações, na medida em que se constituíram eleições gerais e, por isso, tanto se fizeram necessárias novas alianças políticas ou reforço às antigas, quanto implicaram em rompimentos entre facções tradicionalmente aliadas.

1930: MARCO DA PARTILHA DO PODER LOCAL

Até 1930, a família Pereira detinha a hegemonia política em Princesa Isabel. Ainda no período monárquico, o coronel Marcolino Pereira Lima, frente à ascensão do Partido Liberal, desmontou a máquina do Partido Conservador no Município, passando a controlar a política local, que implicava em dispor do poder de distribuir os cargos municipais mais importantes. Suas ações foram direcionadas no sentido de desestimular divergências ao seu comando, convocando possíveis adversários, para assumirem cargos de importância, como ocorreu com o coronel Manuel Florentino que passou a ocupar a função de delegado de polícia do município (Mariz; 1985:29).

A instauração da República manteve intocado, senão reforçou, o poder existente, que enquadrava-se numa estrutura tipicamente coronelística, característica do Nordeste de então.

Assim, tanto o controle dos cargos locais, quanto das atividades econômicas mais expressivas, davam ao coronel uma total autonomia, respaldada pela omissão do poder central que, em troca da não interferência nos atos dos chefes locais, obtinham sua legitimação através das famosas eleições "a bico de pena".

Esta estrutura coronelística, que predominou durante a Primeira República, se tinha sua base de sustentação no domínio absoluto dos chefes locais, não os eximia de buscarem influir na política estadual e federal, como forma de assegurar seus interesses e confirmar seu prestígio. Afinal, a garantia de dominar uma área específica, exigia o apoio do governo, particularmente federal, para realizações administrativas locais. Na busca deste apoio, estabeleciam-se não só relações políticas, mas também pessoais, com grupos influentes econômica e politicamente.

A morte do coronel Marcolino em 1905 poderia ter sido a ocasião em que se romperia o domínio da família Pereira. Porém, a rápida decisão de um dos seus filhos, José Pereira Lima, em assumir o lugar ocupado pelo pai, colocou por terra qualquer tentativa de reverter a situação existente.

Comunicando ao então Presidente do Estado, Walfredo Leal, que assumiria o comando político do município, José Pereira iniciou um pro-

cesso que objetivava firmá-lo no poder local. Os rumos que tomou a política estadual na segunda década do século, foram fundamentais nesse processo.

A decisão de Epiácio Pessoa em retornar a política assumindo a chefia do Partido Republicano Conservador da Paraíba, desencadeou hostilidades entre seus partidários e os do Monsenhor Walfredo Leal, considerado o líder "natural" para conduzir a política do estado. Apesar do acordo de 1912, ocorreu o rompimento das duas facções em 1915 (Pessoa; 1965). Neste ano, Epiácio Pessoa elege-se para o senado, alijando Walfredo Leal da liderança do estado e criando o Partido Republicano da Paraíba.

Ao apoiar Epiácio Pessoa e assumir a frente de sua campanha para o senado, José Pereira consolidou sua posição e prestígio, que se irradiou por diversos municípios da Paraíba, projetando-o não só a nível do estado, mas na esfera federal (Caminha; 1978).

Em 1921, Princesa Isabel foi elevada a categoria de cidade. A aliança política e amizade pessoal de José Pereira com Epiácio Pessoa, então Presidente da República, garantiram que fossem carreados recursos para construção de açudes, barragens e estradas municipais, elementos fundamentais para assegurar a circulação da produção local de cereais, algodão, peles, rapaduras e outros produtos agrícolas. Além disso, permitiram um significativo crescimento urbano com a intensificação da atividade comercial, aumentando o número de firmas que atuavam no município e propiciando a abertura de representações de firmas estrangeiras como a Standard Oil e Ford.

Assim a ação do governo federal dotou o líder local de condições que permitiram implementar um rápido progresso no município, tornando-o um polo de atividade comercial de importância significativa na região sertaneja. Além de aumentar o prestígio pessoal de José Pereira, a expansão das atividades comerciais reforçou a base de sustentação do poder do grupo e seus aliados, calcada não só na qualidade de proprietários de terra, mas sobretudo, de comerciantes.

O incremento das atividades econômicas permitiu, por outro lado, o fortalecimento de outros grupos locais que, posteriormente, iriam se constituir elementos de oposição à família que dominava.

As origens da ruptura no bloco do poder local, remontam aos anos 30, quando um novo grupo, liderado por Nominando Muniz Diniz, assumirá uma posição de enfrentamento à família Pereira. A partir de então, o controle da política municipal tornou-se objeto de disputas entre as duas facções que, até hoje, alternam-se no poder.

Em 1930, Princesa Isabel foi palco de uma luta armada em que defrontaram-se forças do coronel José Pereira e a polícia do estado, governado por João Pessoa Cavalcanti (1).

Essa luta armada, que perdurou de março a julho do mesmo ano, não se constituiu uma simples reação localizada de um chefe político "rebelde" a um governo estadual que lhe era hostil. Tratava-se de um fato político inserido num quadro mais amplo de disputa pelo controle do Estado brasileiro, enfrentando-se os grupos oligárquicos que dominavam o Estado na Primeira República e novas forças políticas emergentes representadas pela burguesia industrial, grupos oligárquicos não diretamente ligados à economia cafeeira e as massas populares urbanas. A Revolução de Outubro de 1930 significou, de fato, perda do absoluto domínio que a oligarquia cafeeira detinha até então (2).

A posse de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque no governo da Paraíba, em 1928, marcou o início das hostilidades entre o Presidente do Estado e as oligarquias locais.

Ao pretender promover uma reforma administrativa e tributária no estado, João Pessoa, enfrentou de um lado, chefes políticos tradicionais que dominavam com mão de ferro a política paraibana e, de outro grupos econômicos locais e de estados vizinhos, sobretudo de Pernambuco, que monopolizavam a atividade comercial no interior da Paraíba e transitavam livremente através das fronteiras dos dois estados. A criação de um imposto de importação pelo governo estadual atingiu diretamente os interesses destes grupos, especialmente da família Pessoa de Queiroz-primos do Presidente e amigos de José Pereira -resultando na chamada "guerra tributária", batalha travada através da imprensa e por via judicial visando caracterizar a medida como inconstitucional. (Caminha; 1978).

(1) A respeito ver Inês Caminha (1978).

(2) A respeito ver Boris Fausto (1972) e Francisco Weffort (1978)

A adesão de João Pessoa Cavalcanti à Aliança Liberal -negando seu apoio à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República e, conseqüentemente ao Presidente Washington Luís, que não abria mão dessa candidatura - funcionou como um divisor de águas na política estadual. Foi, porém, o veto de João Pessoa à candidatura do ex-presidente do estado João Suassuna à deputado federal, o móvel do rompimento de João Pessoa com José Pereira, desencadeando a luta armada em Princesa Isabel.

O apoio que José Pereira recebia do sul do país, sobretudo de São Paulo, no decorrer da luta, expressa a importância que ela assumiu no bojo de uma estratégia que visava a intervenção na Paraíba, alijando João Pessoa do Governo e minando as bases da Aliança Liberal no estado.

O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, marcou o fim da luta armada em Princesa Isabel e acelerou o processo revolucionário em curso.

A 11 de agosto de 1930 o exército ocupa Princesa Isabel. Em 24 de setembro a polícia estadual chega à cidade. Avisado de que as tropas federais deixariam Princesa, José Pereira retira-se da cidade a 3 de outubro. Perseguido, empreende uma fuga através de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Uma das conseqüências da Revolução de 30, a nível local, foi a emergência do grupo Diniz como força política, expressando uma reordenação de forças.

O posicionamento de Nominando Diniz frente à luta de Princesa e o modo como se deu sua ascensão política é analisado de forma discrepante pelos componentes dos dois grupos.

Enquanto o grupo Diniz afirma que a eclosão da luta armada obrigou Nominando Diniz a se refugiar em Triunfo, Pernambuco, diante da ameaça de ser preso, o grupo Pereira coloca sua retirada da cidade como uma opção pessoal, justificando-o pelo fato dele ter recorrido a José Pereira para garantir que seus bens seriam intocados (3).

As opiniões divergem também a respeito da atuação de Nominando Diniz como primeiro interventor municipal até 1934. Para o grupo Pereira sua gestão caracterizou-se por perseguições políticas aos aliados do

(3) Em revista com Antônio Nominando Diniz e Aloysio Pereira Lima

coronel. O grupo Diniz, por sua vez, descreve a fase como um período "de paz e realizações". (4)

O que aparece não comportar dúvidas é o fato de Nominando Diniz ter procurado e obtido o apoio de José Américo de Almeida para enfrentar José Pereira, e que a revolução de 30 foi a oportunidade para dividir o sistema de poder fechado existente no município.

"A oposição até 30 era inadmissível. A oposição a um grupo político que tinha todos os poderes na mão... não havia uma oposição organizada, mas havia os que não se conformavam. Era o caso de meu pai. Não tinha nem espaço para manifestação. A ocasião foi 30, foi João Pessoa. Eu tenho uma verdadeira veneração por João Pessoa. Ele deu esta oportunidade. Ele fraturou, ele demoliu aquele sistema rígido do coronelismo, do domínio absoluto dos feudos, onde ninguém podia se manifestar, então, foi após 30 que se abriram os caminhos da livre discussão partidária". (5)

A emergência de um novo grupo cindindo o poder local e a ausência de José Pereira de Princesa Isabel não teve, contudo, como consequência seu alijamento do poder.

A indicação de Alcides Vieira Carneiro como primeiro Interventor Municipal após 30 é significativa. Embora liberal, mantinha laços de amizade com José Pereira. Tanto assim que, após o Estado Novo, assumiu a direção do PSD (Partido Social Democrata), partido a que se filiou o grupo Pereira, em Princesa Isabel. (6)

Frente a decisão de Alcides Carneiro em não assumir a interventoria municipal, é nomeado Nominando Diniz.

Mais significativas, porém, foram as eleições municipais de 1934. Mesmo exilado, José Pereira apoiou o candidato a prefeito Florentino de Medeiros, que enfrentava Severino Diniz Muniz, ligado ao grupo oposto. O primeiro venceu a eleição após uma campanha feita de "sítio em sítio" pelo sogro de José Pereira, Marçal Florentino Diniz. A forte radicalização que caracterizou a disputa fez com que a apuração fosse realizada em Paços, por falta de "garantias" em Princesa.

(4) Entrevista com Antônio Nominando Diniz e Aloysio Pereira Lima

(5) Entrevista com Antônio Nominando Diniz

(6) Entrevista com Aloysio Pereira

A ação de Argemiro de Figueredo, como secretário de Gratuliano de Brito, e de pois como governador do estado, foi fundamental para a recomposição política do grupo Pereira. Ao promover a "pacificação política" no estado, resgatou os líderes perrepistas afastados do poder pela revolução, o que possibilitou o retorno do grupo Pereira à política municipal colocando no "ostracismo" o grupo oposto. Neste contexto, José Pereira Cardoso, sobrinho do coronel, é nomeado interventor Municipal de 1938 a 1940.

Durante a gestão de Ruy Carneiro como interventor do estado, também procederam-se consultas a José Pereira para nomeação de Intervenores municipais. (7)

Com o fim da ditadura Vargas ocorreu um reagrupamento, a nível nacional dos grupos oligárquicos nos partidos UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático), sobretudo. Embora tais grupos tenham conseguido manter uma relativa autonomia local, passaram, a agora, a enfrentar grupos de poder de base urbana e procuraram reforçar sua representação nas esferas estadual e federal, a fim de manter seus privilégios.

Esta situação levou os dois grupos locais a se engajarem em partidos opostos. O grupo Pereira filia-se ao PSD, comandado localmente por Alcides Carneiro, e o grupo Diniz a UDN. Neste período, Antônio Nominando Diniz, filho do Chefe da família Diniz, é eleito deputado constituinte e, posteriormente, seguindo a orientação política de José Américo de Almeida, o grupo Diniz filia-se ao PL (Partido Libertador). Aloysio Pereira, herdeiro político do pai José Pereira, disputa seu primeiro cargo eleivo na década de 50, como candidato a deputado estadual.

Oswaldo Trigueiro, que venceu a primeira eleição para governador da Paraíba após 1945 derrotando Alcides Carneiro, coloca novamente o grupo Diniz no poder local ao nomear Benedito Florentino de Lima como intervenor municipal. Na eleição para prefeito realizada posteriormente, Nominando Diniz derrota Sebastião Medeiros candidato pelo PSD.

(7) Entrevista com Aloysio Pereira

A manutenção no poder de um grupo que deteve a hegemonia política no município na Primeira República, mesmo partilhando o poder com outro grupo, reforça o argumento de que a revolução de 1930 não significou a exclusão definitiva das antigas oligarquias do cenário político, embora se dê uma reestruturação de compromissos e constate-se uma interferência mais firme do poder central na política municipal.

Como enfatiza Francisco Weffort (1978: 18). "Neste contexto dos anos 30 e 40, a primeira observação a fazer é a tendência ao deslocamento das forças oligárquicas como centro de gravitação da ordem política. Observação que não pode, contudo, obscurecer o fato de sua permanência, embora decadente, no controle das funções econômicas fundamentais e também do jogo político onde, apesar de tudo, continua sendo uma força decisiva. Em uma palavra, permanecem, apesar da crise, como uma das bases fundamentais do Estado."

No caso do Nordeste, especificamente, a dominação das oligarquias rurais, apoiada na exclusão política e social de camponeses e trabalhadores rurais, persistiu. As oligarquias participavam do jogo político para legitimar o Estado e este preservou o "Pacto Agrário" que garantia o monopólio da terra e uma política agrícola voltada para atender os interesses dos grandes proprietários. Assim é que se manteve um bloco dominante que incluía a burguesia agro-industrial e as oligarquias tradicionais do agreste e do sertão (Azevedo 1982:37 a 41).

Nos anos seguintes constata-se uma alternância no poder do Município de Princesa Isabel das duas facções políticas irreconciliáveis e cujas divergências têm se acentuado com o passar do tempo.

Mesmo em situações de aparente "trégua", a composição entre elas tem se mostrado difícil, senão impossível. Foi o que se verificou na eleição de José Américo de Almeida para governador em 1950. Por pressão de José Américo sobre o grupo Diniz, e de Alcides Carneiro sobre o grupo Pereira, os dois grupos "uniram-se" para apoiá-lo, reproduzindo, a nível local, a aliança PSD/PL/PTB(8) para enfrentar Argemiro de Figueredo da UDN. Esta junção foi temporária e aparente, o que se constata, de um lado, no fato dos líderes das duas facções "frequentarem" o mesmo palanque, mas "ficando cada um de um lado", e por outro no

(8) A chamada Coligação Democrática da Paraíba.

retorno as hostilidades tão logo a "aliança" se desfez.

O que se observa, portanto, na política municipal de Princesa Isabel pós-30, é uma quebra da hegemonia de uma família, que passa a dividir o poder com outra, persistindo, contudo, um sistema de poder fechado, dado a impossibilidade de oposição a uma delas. Hoje como no passado, qualquer candidatura necessita do aval dos chefes políticos tradicionais de tal forma que "quem não está satisfeito com a orientação dos Pereira, passa a votar nos Nominando". (9)

A CONJUNTURA ATUAL

Analisar a conjuntura política recente da Paraíba e do Nordeste, implica em apontar, em linhas gerais os elementos que caracterizaram a política econômica imposta pelo regime militar a partir de 1964 e os possíveis reflexos na estrutura do poder municipal.

No que tange ao setor agrário, o Estado empreendeu uma política econômica que visava uma modernização no campo, de modo a acelerar a inserção do setor no processo global de acumulação do capital.

Tal política se consubstanciou na introdução de novos processos produtivos, visando aumentar a produtividade, disseminar o trabalho assalariado no campo e criar mecanismos de subordinação da pequena produção rural aos interesses do capital. Modernizando o setor, beneficiaria o sistema financeiro, as indústrias de implementos agrícolas e aquelas que utilizam como matéria prima, produtos oriundos do campo. Estes favorecimentos seriam viabilizados, sobretudo, pela expansão do crédito rural, assistência técnica e criação de cooperativas. Desta forma, o campo torna-se-ia consumidor de produtos industrializados, seria ampliada a capacidade de fornecimento de produtos agrícolas exportáveis e necessários às agro-indústrias, além de garantir produção alimentar para atender o consumo interno.

No bojo de tais estratégias é que se dá a reformulação, a partir da década de 70, do sistema de crédito rural com a maior parte dos recursos direcionados para pecuária, cana-de-açúcar, soja etc... e

(9) Ent. com Paulo Cordeiro e Silva, candidato pelo PMDB a prefeito, nas eleições de 82.

programas de apoio à pequena produção, tais como o Polo Nordeste e Projeto Sertanejo.

A forma de intervenção do Estado referida, não afetou, de forma significativa, a estrutura fundiária tradicional e os privilégios e conômicos dos grandes proprietários de terra. Mantendo a estrutura fundiária tradicional e privilegiando, mesmo de forma seletiva, os detentores de grande parcela de terra, o Estado reforça seu poder, que contando com os recursos oficiais, adotam práticas clientelísticas de cooptação dos trabalhadores rurais, tentando não só impedir que afluam os conflitos sociais, como levar estes trabalhadores a legitimar o sistema através do voto. (Wanderley; 1985)

A centralização das decisões econômicas, políticas e administrativas impostas pelo Estado pós-64, implicou na exclusão das camadas populares do sistema político. Embora tal exclusão esteja presente nos diversos momentos da história do país, assumiu feições agudas a partir de 1964, quando se barrou, pela força, a emergência dos movimentos sociais. No que diz respeito ao setor agrário, ações como a promulgação do Estatuto da Terra, extensão da previdência social aos trabalhadores rurais, constituíram-se forma de controlá-los e mecanismo de abafamento das tensões sociais.

Nesse contexto, o Estado busca legitimar-se através do apoio e participação das oligarquias rurais no jogo político-eleitoral. Como consequência, há um reforço ao poder local, que não se incompatibiliza com a centralização política. O Estado precisa do poder local e atua paternalisticamente. As oligarquias "retribuem" com sua fidelidade política. A rebeldia ou "autenticidade" política, implica em segregação e sanções econômicas (Bursztyn; 1984).

A importância do apoio do Estado aos grupos oligárquicos se expressa, de forma mais clara, no período das eleições, quando estas passam a contar com a máquina estatal para carrear votos. Apesar destes grupos permanecerem com o controle da política municipal, nem sempre têm, como no passado, amplo poder de decisão nas esferas estadual e federal, passando a se constituir elementos "intermediários" entre a população e o Estado. Assim, dependem dos recursos do Estado tanto para atuar em suas áreas de influência, quanto para reforçar seu poder econômico.

A posição que os grupos locais passaram a assumir frente ao sistema de poder mais amplo, transformam as eleições em ocasião de teste do seu prestígio. Sobretudo as vitórias nas áreas que dominam politicamente lhes garantiria um "aval" das demais esferas de poder para continuarem atuando politicamente, o que explicaria o empenho em "ganhar a eleição".

Como no município estudado se constata o predomínio da pequena propriedade apoiada no trabalho familiar (v. Quadros I e II), o poder dos grupos locais não se apoia, exclusivamente na propriedade da terra. Porém, as estratégias de manutenção do poder local dependem da configuração que assume a posse e o uso da terra no município.

As condições em que se dão as atividades produtivas dos pequenos produtores -pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários -, apoiadas em parcela de terra de tamanho exíguo, utilizando uma tecnologia rudimentar, sem dispor de capital próprio, bem como a precariedade das rendas obtidas, criam uma situação de dependência da categoria para com proprietários maiores, comerciantes e chefes políticos locais.

Para assegurar sua reprodução social, os pequenos produtores dependem, não raro, dos proprietários maiores a que vendem temporariamente sua força de trabalho para complementar a renda familiar. Por outro lado, a comercialização da produção, o acesso ao crédito bancário, serviços médico-hospitalares, aposentadoria, frequentemente, pressupõe a interferência dos grupos que controlam a política local e a dependência dos comerciantes maiores.

Tal situação explica a importância da capacidade dos grupos políticos influírem nos programas e órgãos estatais ou em obras para atender às necessidades do município, na medida em que asseguram a manutenção e/ou ampliação de suas bases de poder. A maior possibilidade de manipular os recursos do Estado, além de favorecer a imagem do chefe político local diante da população, se constitui instrumento de adesões no período eleitoral.

Em Princesa Isabel, constata-se uma verdadeira partilha na direção dos órgãos e instituições estatais, bem como nas associações de classe, entre os grupos políticos locais. Mesmo quando não é possível

vel, a um grupo, colocar na direção de um órgão pessoa de sua "confiança", os chefes políticos têm suficiente poder de pressão para ter suas pretensões atendidas.

Na eleição de 1982, que ocorreu num período de seca iniciado em 1979, os Programas de Emergência para "assistir" as populações atingidas pela estiagem, se constituíram importante instrumento na busca de votos, dado que inúmeros "alistamentos" sofreram a influência dos chefes municipais.

É importante ressaltar que, em regiões onde predomina a pequena propriedade, como é o caso da que se estuda, os proprietários de pequenas glebas dispõe de uma certa independência inexistente para os trabalhadores inteiramente expropriados. Por deterem a propriedade da terra, possuem algum poder de barganha no período eleitoral, configurado na possibilidade de escolher o grupo a que apoiar (Brayner; 1975). Nota-se, entretanto, o caráter relativo desse poder na medida em que, no caso em questão, esbarra na impossibilidade de deixar de apoiar um dos grupos.

Os proprietários que possuem uma extensão maior de terras, obtêm uma produção que atende ou excede às necessidades de consumo familiar e atuam como intermediários na rede de comercialização, conseguem exercer influência sobre produtores menores e trabalhadores sem terra, constituindo-se elementos importantes na política local, dado que se constituem a principal base de apoio dos grupos hegemônicos. É precisamente deste segmento que são pinçados a maioria dos candidatos a vereador, em decorrência da influência que exercem em áreas localizadas do município. Em geral os cabos eleitorais, remunerados pelos grupos políticos para "assistir" o eleitorado, são os candidatos a vereador e se constituem elementos intermediários entre as bases e as chefias.

Parte dos candidatos a vereador ou cabos eleitorais são pequenos comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, de origem urbana.

Cabe acrescentar que, assim como o eleitorado da área rural, o das áreas urbanas é dependente dos grupos de poder local, dado que a pouca oferta de emprego nos pequenos municípios leva a população a buscar trabalho nos órgãos estatais.

A possibilidade, já referida, de um certo poder de barganha, mesmo limitado, por parte do eleitorado, faz com que a "lealdade" política não esteja apoiada, como no passado, na ameaça direta de retaliações mas, sobretudo em promessas (emprego, acesso ao crédito bancário, p. ex.) e na compra do voto.

Nesse sentido reforça-se o argumento da importância dos grupos locais em contar com o estado para manter e/ou ampliar suas bases de influência.

Os dois grupos que atuam em Princesa Isabel, admitem a impossibilidade de conduzir a política local sem os favores do governo, apontando, explicitamente, para as bases paternalistas que a caracterizam. Negando a compra de votos enfatizam a necessidade de "servir à terra", de atender "apelos dos amigos".

Esse acesso aos favores do governo tem como elemento importante a tradição política dos grupos locais. Mesmo com as modificações que vêm ocorrendo no quadro político do país, ainda conseguem manter uma rede de amizade e influência nas esferas administrativas estadual e federal, resultado de antigas alianças políticas, historicamente reforçadas pelas relações de amizade e parentesco, que são reafirmadas no momento oportuno.

Nos discursos dos líderes dos dois grupos expressa-se, de forma reiterada, o papel dos vínculos pessoais mantidos com aqueles que estão no poder, aparecendo, frequentemente, como elemento justificador de apoios recebidos em diferentes momentos.

Assim é que procuram explicar a composição das duas facções no apoio a José Américo de Almeida na eleição de governador de 1950. Da mesma forma, a convocação de Antônio Nominando Diniz para Secretário de Educação no governo Pedro Gondim é justificada pelos sólidos laços de amizade firmados desde 1945. (10)

A saída do grupo Pereira do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em 1971, e o apoio dado à candidatos da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) pelo grupo, são explicados, pelo seu líder, de uma lado pelas dificuldades enfrentadas por não contar com o apoio do governo, e, por ou

10. Entrevista com Antonio Nominando e Aloysio Pereira

tro, pelo apelo do governador Ernani Sátiro, invocando antigos laços políticos e de amizade entre seu pai - Miguel Sátiro - e o coronel José Pereira Lima. (11)

Acrescente-se, também, que o apoio dado pelos dois grupos a Wilson Leite Braga, em diferentes momentos, dever-se-ia à troca de favores entre seu pai e os líderes dos dois grupos rivais. (12)

Evidentemente que toda esta rede de relações visa manter os grupos no poder, mesmo de forma alternada. Embora em determinadas circunstâncias um deles possa manter-se, temporariamente, sem acesso aos favores do Estado - quando o governo lhe é "hostil", chegando a se apresentar como oposição - recompõe-se politicamente quando ascendem ao poder mais amplo elementos com que mantém alianças políticas.

As relações pessoais porém, apesar de importantes, não evitam rupturas com antigos aliados, nem tampouco formação de novas alianças que possam permitir trânsito livre nas esferas estadual e federal, garantia segura de manutenção do poder local.

(11) Entrevista com Aloysio Pereira

(12) Entrevista com Antônio Nominando e Aloysio Pereira.

OS RESULTADOS ELEITORAIS

Nas eleições de 1982, em Princesa Isabel, reproduziu-se o tradicional jogo de disputa pelo poder entre as duas facções: Diniz e Pereira. Se no passado as rixas entre os dois grupos assumiram contornos mais nítidos, com cada um deles ligando-se a diferentes partidos (PL - PSD; ARENA - MDB), a eleição de 82 vai encontrar os dois grupos abrigados em uma só legenda: o PDS. Isto, porém, estava longe de significar uma pacificação ou aliança política; expressava interesses dos dois grupos "adaptarem-se" ao jogo político mais amplo, para garantir a manutenção no poder.

Cumprindo mais um mandato de deputado estadual, para o qual foi eleito em 1966, Aloysio Pereira desiste de disputar cargo eletivo, desligando-se do MDB em 1971, embora não tenha ficado "ausente", politicamente, de Princesa Isabel. Assim é que apoiou Wilson Leite Braga para deputado federal em 1974 e 1978.

A justificativa dada para não se candidatar a cargos eletivos explica a importância de contar com o apoio do governo, para a "sobrevivência" das lideranças municipais.

"Em 1970 desistí de me reeleger porque a política, em Princesa, sempre se fez em bases paternalistas. Sempre foi necessário gastar muito dinheiro com ajudas, transportes, favores. E eu não contava com os favores do governo..." (13)

O relativo afastamento do grupo Pereira, permitiu expressiva vitória de Antônio Nominando Diniz à Prefeitura de Princesa, em 1969, contra dois candidatos do MDB: Miguel Rodrigues (Sublegenda 1) e Joaquim Alexandre da Silva (14) (Sublegenda 2). Nesta eleição, o grupo Diniz conseguiu eleger, também, a quase totalidade dos vereadores.

Além disso, em 1972, um "acordo" tácito entre as duas facções possibilitou a eleição de Francisco Sobreira Duarte a prefeito pela ARENA. Antigo correlegionário do grupo Pereira, foi tesoureiro da Prefeitura Municipal desde 1963 (durante a gestão de Luiz Gonzaga de Sousa, cunhado de Aloysio Pereira) e manteve-se no cargo na gestão de Antônio Nominando. Para eleger-se, beneficiou-se do não lançamento de candidatos pelo MDB.

(13) Entrevista com Aloysio Pereira.

(14) Pai do candidato Paulo Cordeiro e Silva, pelo PMDB, a prefeito/82.

Em 1976, o grupo Diniz também consegue eleger Sebastião Feliciano dos Santos a prefeito, cargo que exerceu até 1982, por ter o mandato prorrogado em vista do adiamento das eleições municipais, inicialmente previstas para 1980.

Em janeiro de 1979, Aloysio Pereira filiou-se à ARENA, respaldado no prestígio obtido ao votar em Tarcisio de Miranda Burity no colégio eleitoral que o escolheu governador. Analisando a repercussão do seu ingresso na ARENA, afirma Aloysio Pereira:

"Houve adversários que se aproximaram e dúvidas por parte de correligionários antigos. De modo geral todos eles aceitaram meu comportamento, porque sabíamos que só através do governo alcançaríamos as metas pretendidas"(15).

Isto significou, porém, um golpe para o MDB local, que passou a contar com poucos partidários impotentes para fazer frente aos grupos hegemônicos.

A posição assumida pelos líderes dos dois grupos no colégio eleitoral por ocasião da escolha de Tarcisio Burity a governador, foi de fundamental importância para novo rearranjo político no município, colocando o grupo Pereira no poder e o Diniz no "ostracismo". Além disso exerceu papel decisivo nas eleições municipais de 82.

O grupo Pereira contava com quatro delegados. O grupo Diniz com seis.

Segundo Aloysio Pereira, sua pretensão era apoiar Antônio Mariz. Este lhe "...parecia um candidato bom. Era um político militante eu não tinha compromisso com ninguém, mas só poderia apoiá-lo caso não recebesse apoio dos nossos inimigos pessoais em Princesa."(16) Foi o pedido de Wilson Braga que o levou a decidir-se por Burity.

O grupo Diniz apoiou Antônio Mariz. Conforme depoimento de Antônio Nominando, Burity nunca o procurou pedindo votos. José Américo de Almeida é que solicitou seu apoio a Burity, porém já havia se comprometido com Mariz, que, inclusive o convidou para vice-governador em sua chapa, enquanto Burity "procurou meus adversários"(17).

(15)Entrevista com Aloysio Pereira

(16)Entrevista com Aloysio Pereira

(17)Entrevista com Antônio Nominando

Aloysio Pereira foi escolhido secretário de Saúde do governo Burity. Sua escolha se deu a partir de uma lista de seis nomes apresentado por Wilson Braga ao governador eleito (18), sua atuação como secretário de Saúde possibilitou reforçar o prestígio político em Princesa Isabel e ampliá-lo para outros municípios do Estado.

Antonio Nominando Diniz afirma que a "influência de Burity foi total na recuperação política de Aloysio Pereira". O então governador "deu poderes absolutos a Aloysio e lançou-nos no ostracismo total", a ponto de Aureliano Chaves (com quem Antônio Nominando mantém sólida amizade) se dispor a interferir junto ao Presidente Figueiredo para protestar contra a situação. (19)

Como já foi visto, a eleição foi disputada com os grupos rivais no PDS, embora persistisse a cisão política. O grupo Diniz disputava a eleição municipal pela sublegenda 1; o grupo Pereira pela sublegenda 2. Além disso, havia dois candidatos pelo PMDB.

A importância que assumiu a disputa local entre os dois grupos, expressa-se no peso dos candidatos do PDS. Antônio Nominando Diniz Filho pelo PDS 1 e Luiz Gonzaga de Souza pelo PDS 2.

O candidato do PDS 1 disputava pela primeira vez um cargo eletivo. Contava, para a vitória, com a força política do grupo e com a candidatura de Antonio Nominando a deputado estadual, que visava, sobretudo garantir votação para o filho (20). O candidato a vice-prefeito era Valdemar Barbosa, vereador por várias legislaturas.

O candidato do PDS 2, cunhado de Aloysio Pereira, já contava com larga experiência política na região, tendo sido prefeito e vice-prefeito em Princesa Isabel, bem como Prefeito e vereador em Tavares. Onofre de Souza, comerciante e ex-vereador, foi candidato a vice-prefeito.

Os candidatos do PMDB foram Paulo Cordeiro e Silva (sublegenda 2) e Luiz Andreilino Neto (sublegenda 1). Segundo Paulo Cordeiro, que sempre esteve ligado ao MDB e PMDB, sua candidatura significou um desafio considerando que "na história política de Princesa todos os candidatos foram indicados pelas famílias Pereira - Nominando. Portanto, fui o primeiro candidato a quebrar esse modelo". (21)

(18)Entrevista com Aloysio Pereira

(19)Entrevista com Antônio Nominando

(20)Entrevista com Antônio Nominando

(21)Entrevista com Paulo Cordeiro e Silva

A candidatura de Luiz Andreelino deveu-se ao desaparecimento da documentação de filiação partidária, do outro candidato do PMDB, do cartório eleitoral (nas mãos do grupo Diniz) e visava evitar que o PMDB ficasse sem candidato, caso a candidatura de Paulo Cordeiro não pudesse ser registrada. As duas candidaturas, porém, não representavam risco para o PDS. Inclusive o PMDB só conseguiu lançar um candidato a vereador, pois "ninguém queria participar da composição da chapa".(22) A pouca votação obtida (145 votos para Paulo Cordeiro e 35 para Luiz Ferreira), oriunda do eleitorado urbano, expressa a frágil situação da oposição que não contava, localmente, com estrutura, lideranças nem meios financeiros".(23) O pequeno apoio que o partido pôde contar foi dos candidatos a deputado federal e estadual, José Maranhão e Jório Machado. A direção estadual do PMDB ofereceu apenas "orientação burocrática para filiação e composição da chapa".(24)

A disputa foi polarizada, portanto, entre PDS 1 e PDS 2. Não se registraram conflitos expressivos na escolha dos candidatos a prefeito. Na escolha de candidatos a vereador, são apontados apenas "ciúmes" e "algumas queixas". A "seleção" destes candidatos dependia de critérios como: áreas de influência; peso da tradição familiar; condições financeiras.

O grupo Pereira aponta algumas adesões importantes de antigos partidários do grupo oposto: As famílias Maia (um dos seus componentes derrotou o PSD nas eleições municipais de 1958), França Florentino, Bezerra, Lima, além de Antônio Carlos da Costa e Manuel Gomes da Silva (então vice-prefeito do município). Acrescente-se a estas, adesões em outros municípios que se constituem em áreas de influência dos dois grupos: Manuel Leite (Tavares), Dalmo Texeira e Antônio Alves (Jurú), Luiz de Souza, Manuel Batista da Silva e Francisco Antas (Manaira).(25)

(22) Entrevista com Paulo Cordeiro e Silva

(23) Idem

(24) Ibidem

(25) Entrevista com Aloysio Pereira e com Luiz Gonzaga de Souza.

O pleito foi municipalizado. Foram os candidatos a prefeito e a deputado estadual que "puxaram" os votos, o que se constata tanto pela vitória do candidato do PDS 2 (que obteve 51,7% dos votos), como pelo fato da votação de Aloysio Pereira, em Princesa Isabel, apresentar uma diferença de pouco mais de 800 votos em relação a Antonio Nominando. (ver quadro III e V)

Além disso, o PDS 2 ficou com uma maioria de apenas 1 vereador na câmara, em relação ao PDS 1. Este elegeu 4 dos 8 candidatos e o PDS 2, 5 dos 11 candidatos apresentados. (ver quadro IV)

A derrota do PDS 1 é atribuída à "desigualdade com que lutamos financeiramente" e a "quatro anos de ostracismo". A expectativa da vitória apoiava-se em contar com um "prefeito amigo" e "candidato bom".(26) Isto reforça o argumento de que o poder a nível local, não pode prescindir, nas circunstâncias estudadas, do apoio das esferas estaduais e federais.

Antônio Nominando teve votação para deputado também em João Pessoa (pouco mais de 1000 votos), e obteve votos pulverizados em outros municípios do estado, não tendo sido eleito.

Aloysio Pereira foi eleito com 7.400 votos. Dado o "vazio" político resultado de seu afastamento temporário de Princesa Isabel, perdeu influência em Água Branca, que passou a reduto de Soares Madruga (PDS) e José Lira (PMDB). O mesmo ocorreu em Manaíra, onde Luís de Barros foi vitorioso. Entretanto, os votos "perdidos" por Aloysio Pereira, em Manaíra foram "compensados" pela sua vitória sobre Luís de Barros em Desterro, tradicional reduto eleitoral deste.

Quanto ao apoio emprestado aos candidatos a deputado federal e senador, o grupo Diniz ficou com Joacil de Brito e Amir Guadêncio. Apesar dos antigos laços de amizade do líder do grupo com Pedro Gondim, a vinculação dos votos impediu que o mesmo fosse votado pelo grupo. Mesmo procurado por líderes do PMDB no Estado, Antônio Nominando alegou não poder se posicionar contra o partido de Aureliano Chaves, seu amigo pessoal.(27)

O grupo Pereira apoiou Tarcisio Burity a deputado federal e Marcondes Gadelha para senador. A demora de Burity em decidir a se candi

(26) Entrevista com Antônio Nominando

(27) Entrevista com Antônio Nominando

datar, fez com que as hefias das áreas de influência do grupo Pereira (Água Branca, Jurú, Tavares), se comprometessem com Adauto Pereira. Assim, o grupo Pereira só pôde garantir a votação de Burity em Princesa Isabel, onde, inclusive, chegou a superar a votação de Aloysio Pereira. (ver quadro V)

Quanto a votação para governador, a vitória de Wilson Braga foi maciça no município. A possibilidade do grupo Diniz liberar seus partidários para o voto em branco para governador - a "chapa camarão" - parece ter sido descartada em razão de um contundente discurso de João Agripino em Princesa Isabel, a partir do qual o grupo Diniz sentiu-se atacado.

O candidato a governador Wilson Braga, estrategicamente, evitou ir a Princesa Isabel durante a campanha, para garantir uma posição de neutralidade. Comprometeu-se com o grupo Diniz a "governar com absoluta igualdade, com os dois grupos. O que desse a um, daria ao outro".

(28)

O clima da campanha, a nível local, foi de "luta dura" entre as duas sublegendas do PDS, porém não foram registrados incidentes graves. Para os líderes locais, o fato dos dois grupos encontrarem-se no mesmo partido não teve maior significação; "o eleitor liga-se ao candidato local", "às pessoas", "às causas" e não aos partidos.

O que se depreende da análise das eleições de 1982 em Princesa Isabel, é a repetição do esquema de alternância no poder dos grupos que a muito dominam a política local. O grupo Pereira ascendeu à liderança e sua permanência - ou a ascensão do grupo Diniz - dependerá da capacidade dos dois grupos se adaptarem ao jogo político mais amplo, através de rearranjos e alianças a nível estadual e federal.

Contando com uma oposição extremamente frágil a nível de município - a influência do PMDB e PT praticamente inexiste -; com sindicatos rurais controlados pelos dois grupos - o dos trabalhadores pelo grupo Diniz, o patronal pelo grupo Pereira; com a Igreja local - que tem uma posição nitidamente conservadora - omitindo-se, dificilmente se pode prever, a curto prazo, uma reversão da situação constatada, através de uma "fissura" no fechado sistema de poder local.

(28) Entrevista com Antônio Nominando

B I B L I O G R A F I A

- AZEVEDO, Fernando Antônio (1982). As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 145p.
- BRAYNER FERRAZ, Maria do Carmo (1975). Estrutura de Classe em uma Comunidade Sertaneja. Recife. 103p. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da UFPE)
- BURSZTYN, Marcel (1980). O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes/CNPq, 178p.
- FAUSTO, Boris (1972). A Revolução de 1930. São Paulo, Brasiliense, 118p.
- CAMINHA, Inês (1978). A Revolta de Princesa: Uma contribuição ao estudo do Mandonismo local. João Pessoa, Cia União Editora, 181p.
- JÓFFILY, Irineu, et alii (1985). Paraíba: Conquista, patrimônio e povo. João Pessoa, Cia União Editora, 83p.
- MARIZ, Celso. (1985). O primeiro encontro. In Princesa, José Pereira: a chama ainda acesa. João Pessoa, Cia União Editora, 60p.
- PESSOA, Epitácio (1965). Na Política da Paraíba - 2ª fase:1912-1935. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 424p. (Obras Completas de Epitácio Pessoa. Vol. XV)
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz (1974). Dos velhos aos novos coronéis. Recife, PIMES/UFPE, 140p.
- WANDERLEY, Maria Angela Sitônio (1985). Terra do Amanhecer, terra do amanhecer: um estudo sobre os pequenos proprietários rurais de Teixeira - Paraíba. Recife. 199p. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da UFPE).
- WEFFORT, Francisco (1978). O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 181p.

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO
GRUPO DE ÁREA - 1980 - PRINCESA ISABEL - PARAÍBA

GRUPOS DE ÁREA (ha)					
		Nº	%	ha	%
0	10	926	57,83	3.501	11,99
10	20	328	20,49	4.288	14,69
20	50	220	13,74	6.532	22,33
50	100	76	4,75	4.999	17,13
100	200	35	2,19	4.315	14,73
200	500	15	0,94	4.314	14,73
500	1000	-	-	-	-
1000 e +		1	0,06	1.240	4,25
TOTAL		1.601	100,00	29.189	100,00

FONTE: FIDGE - Recenseamento Agropecuário - 1980

QUADRO II

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE
EXPLORAÇÃO DA TERRA - 1980 - PRINCESA ISABEL -

PARAÍBA

CONDIÇÃO DE EXPLORAÇÃO DA TERRA	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	Nº	%	ha	%
PROPRIETÁRIO	1.396	87,20	28.310	96,99
ARRENDATÁRIO	25	1,56	75	0,26
PARCEIRO	33	2,06	97	0,33
OCUPANTE	147	9,13	707	2,42
TOTAL	1.601	100,00	29.189	100,00

FONTE: FIBGE - Recenseamento Agropecuário - 1980.

QUADRO III

PRINCESA ISABEL - RESULTADO DA ELEIÇÃO
PARA PREFEITO - 1982

LEGENDA	VOTOS		TOTAL P/LEGENDA	
	Nº	%	Nº	%
PDS 1	2.693	40,8		
PDS 2	3.419	51,7	6.112	92,5
PMDE 1	35	0,5		
PMDE 2	145	2,2	180	2,7
VOTOS BRANCOS	203	3,1	203	3,1
VOTOS NULOS	111	1,7	111	1,7
TOTAL DE VOTANTES*	6.606	100,0	6.606	100,0

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral - PB

* Total de Eleitores: 8.455

QUADRO IV
 PRINCESA ISABEL - PE. RESULTADOS
 DA ELEIÇÃO PARA CAMARA DE VEREADORES
 1982

CANDIDATOS/LEGENDA	V O T A Ç Ã O
PDS 1 (Total)	2.560
João Mandi Neto	404
José Faustino Neto	409
Danião Barbosa	474
Miguel Domingos	320
Outros (não eleitos)	953
PDS 2 (Total)	3.417
Francisco Bezerra	707
Francisco Virgulino	309
Januário Henrique	315
José Lima C. Barros	402
Marçal Carlos Andrade	331
Outros (não eleitos)	1.352
PMDB (Total)	170
Sebastião Pereira de Souza	170
Legenda PDS	177
Legenda PMDB	16
BRANCOS	128
NULOS	186

QUADRO V

PRINCESA ISABEL - PB. RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR.
 SENADOR, DEPUTADO FEDERAL E DEPUTADO ESTADUAL - 1982

VOTAÇÃO (1)	GOVERNADOR	SENADOR	DEPUTADO FEDERAL (2)	DEPUTADO ESTADUAL (2)
PDS	5.947	Marcondes Gadelha 3.501	Tarcísio Burity 3.468	Aloysio Pereira 3.253
		Amir Gaudêncio 2.362	Joacil Pereira 2.243	Antonio Noniando 2.419
		Olavo Nóbrega 92	Outros 202	Outros 149
		Total 5.995	Total 5.913	Total 5.821
PMDB	199	Pedro Gondim 136	José Maranhão 133	Jório Machado 93
		Ney Suassuna 51	Outros 74	Outros 38
		Djacy Arruda 04		
		Total 191	Total 187	Total 181
PT	01	Idalno 01	Francisco Queiroz 01	Francisco Marcelino 01
BRANCOS	371		345	317
NULOS	88		160	236

TEXTOS UFPB/NDHIR JÁ PUBLICADOS

1. Rastro de Tragédia
Mauro Guilherme Pinheiro Koury - Agosto/83
2. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira no Brasil.
Cláudio Antonio Gonçalves Egler - Setembro/83
3. Movimentos Sociais e Meios de Comunicação: Paraíba 1917-1921
Antonio Albino Canelas Rubim - Outubro/83
4. A Contribuição à História dos Socialismos no Brasil: A Construção do Partido Socialista Brasileiro.
Silvio Frank Alem - maio/84
5. O Solo Urbano e Desenvolvimento Capitalista.
Tamara Tania Cohen Egler - outubro/84
6. Trabalho: O Capitalismo Adiantado e a Classe Operária Um Novo Sindicalismo.
Joana Neves - Fevereiro/85
7. Sobre Bananas e Bananeiros: Produções Mercantil e Relações de Trabalho.
Jacob Carlos Lima - Janeiro/85
8. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade - Fevereiro/85
9. A Igreja Popular na Imprensa Paulista.
Joana Neves - Fevereiro/85
10. A Fome Não Tem Partido
Maria Nely Cavalcanti - Setembro/85.
11. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História.
Maria das Dores Limeira - Zeluiza da Silva Formiga - Abril/86
12. Neo-Coronelismo e Perspectivas Eleitorais na Nova República.
Maria Antonia Alonso de Andrade - Outubro/86
13. Catolé do Rocha - Notasa propósito de um Domínio Oligárquico.
Neiliane Maia - Maio/86
14. Cajazeiras: O Domínio do Clientelismo Eleitoral.
Francisco Sales Cartaxo Rolim - Julho/86
15. Reconstrução Histórica das Eleições na Paraíba (1945-1978)
Rosa Maria Godoy Silveira
16. Urbanização Desloca o Centro do Poder Político
Plauto Mesquita de Andrade - Setembro/87
17. As Eleições Municipais de 1985 em João Pessoa
Maria Antonia Alonso de Andrade - Outubro/87

18. Relações de Trabalho e Relações de Poder
Maria Antonia Alonso de Andrade - Outubro/87

19. 1986: A Vitória do PMDB
Maria Antonia Alonso de Andrade - Outubro/87

20. Notas Sobre Clientelismo, Coronelismo e Representação Política
Maria Antonia Alonso de Andrade - Março/88

- 1. Movimento Social e Classe de Governantes: Notas 1977-1981
- 2. Agrupamento Social e Classe de Governantes: Notas 1977-1981
- 3. A Constituição e História dos Socialistas no Brasil: A Classe e o Partido Socialista Brasileiro
- 4. História Social e Classe de Governantes: Notas 1977-1981
- 5. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 6. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 7. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 8. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 9. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 10. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 11. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 12. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 13. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 14. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 15. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 16. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais
- 17. O Brasil: O Coronelismo e a Classe Operária em Minas Gerais